



IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA

As várias “faces” da “Nova Lusitania”, de Antonio Pires da Silva Pontes Leme

Francisco José Corrêa Martins - correa_martins@ufrj.br ;

Cartografia, História, Coleções, Portugal, Brasil

As questões fronteiriças na América do Sul, oriundas tanto da divisão estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas como da União Ibérica passaram, nos setecentos, a receber uma maior atenção tanto de Portugal como da Espanha, levando-os a buscar soluções para aquelas longas pendências.

Foi nesse cenário que vários acordos de limites foram assinados, como Madrid, El Pardo e Santo Ildefonso que, além de estabelecerem fronteiras que foram depois anuladas e posteriormente restabelecidas parcialmente, suscitaram o envio de comissões demarcadoras às porções centrais da América do Sul, buscando deslindar os limites entre lusos e castelhanos.

Essa massa de dados produzidos, fossem eles astronômicos, geográficos ou hidrográficos permitiram, ao final do século XVIII obter, pela primeira vez, com um grau de precisão apurado, uma visão das terras portuguesas no Novo Mundo, representada na “Carta Geografica de Projeção Espherica Orthogonal da Nova Lusitania ou America Portugueza, e Estado do Brazil”, que é o cerne de nosso trabalho, e cujo exemplar ora relatado pertence à Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, Brasil.

Datada de 1798, e medindo 148 x 133 cm, ela era uma ideia acalentada por D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro e Secretário de Estado da Repartição da Marinha e Domínios Ultramarinos, que escolheu Antonio Pires da Silva Pontes Leme, natural de Minas Gerais, e que atuara anteriormente nas demarcações das fronteiras do Mato Grosso e da Capitania de Rio Negro, para chefiar sua elaboração.

Para tanto, Pontes Leme coligiu as longitudes e latitudes a partir de observações astronômicas produzidas pela maioria das 34 pessoas, as quais chamou de “authoridades”, que aparecem referidas no canto inferior direito, abaixo do cartucho de identificação da carta, algumas de maneira incompleta, observações estas conferidas com o Dr. Francisco Antonio Ciera, que desempenhou importante papel nos primórdios das triangulações em Portugal. Dentre aquele

IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA



rol de profissionais, podemos verificar a presença de três padres jesuítas, quinze engenheiros militares e dez astrônomos.

Ali também encontramos a informação de que 86 cartas do Depósito da Secretaria de Estado da Marinha, bem como de “Cartas Geographicas das Capitanias”, foram utilizadas, cujos topônimos e hidrografia, entre outros dados, além da configuração geográfica, foram desenhadas por José Joaquim Freire e Manoel Tavares da Fonseca, no gabinete do Real Jardim Botânico, em Lisboa.

Entretanto, devido à política portuguesa de sigilo cartográfico então vigente, que restringia a produção e impressão de mapas, mantendo-os como manuscritos, foi somente a partir da segunda metade do século XIX que aquela carta começou a receber a atenção que merecia, sendo referida como a primeira carta que compreendeu o Brasil como um todo, uma síntese do território brasileiro, definindo cartograficamente a colônia portuguesa na América do Sul.

Contudo, a despeito de sua relevância, não parece ter chamado a atenção dos pesquisadores algumas divergências que aparecem nas diversas referências que foram feitas ao longo de mais dois séculos.

Uma delas se refere ao número de exemplares efetivamente confeccionados, e suas localizações. As pesquisas apontam que até 1798 haviam sido produzidos dois, acrescentando-se um terceiro em 1803, não ficando claro se eles permaneceram em Lisboa ou não.

Posteriormente, entre 1865 e 1866, o Archivo Militar português fez uma cópia a partir do exemplar da “Nova Lusitania” que possuía, enviando-a à Secretaria do Ministério das Relações Exteriores do Império.

Em 1876, no catálogo relativo à “Carta Geral do Império do Brasil”, encontra-se a informação de que o Archivo Militar da Corte possuía um exemplar incompleto, composto por três folhas.

No âmbito das disputas fronteiriças em torno da Guiana Inglesa, que opunham o Brasil e o Reino Unido, o negociador brasileiro fez imprimir em 1903 um atlas que compunha os volumes da memória de defesa brasileira, e onde a “Nova Lusitania” foi parcialmente reproduzida a partir do exemplar existente na Biblioteca Nacional da França.

E, recentemente (2009), foi figurado em um trabalho o exemplar existente no Observatório Astronômico da Universidade de Coimbra, e que é datado de 1797.

Ocorre que nenhum dos exemplares acima referidos é exatamente igual ao outro, nem ao existente no Brasil, e que está completo, a despeito da informação existente anteriormente. Embora o cerne do mapa, ou seja, a representação cartográfica do Brasil e parte da América Meridional sejam aparentemente iguais, as informações encartadas, relativas a alguns portos e regiões destacadas não são iguais, seja em número, seja na disposição dos cartuchos em torno da imagem principal. Alguns exemplares, ainda, trazem o cartucho de identificação



IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA



incompleto, quando não vazio, além da supressão dos valores das longitudes em pelo menos um exemplar. Isto para não falarmos dos nomes das autoridades que apresentam problemas de grafia ou gralhas.

Analisar essas várias faces da “Nova Lusitania”, buscando estabelecer sua cronologia de produção e movimento, bem como identificar aqueles que proporcionaram a Pontes Leme e os desenhistas as condições de erigir esse monumento cartográfico, são os objetivos deste trabalho.